
Trabalho e Educação na agenda do Banco Mundial para juventude brasileira

Work and Education in the World Bank Agenda to Brazilian youth

Trabajo y educación en la agenda del Banco Mundial para la juventud brasileña

Reis, Luiz Henrique Fernandes dos¹ (Florianópolis, SC, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1148-7956>

Shiroma, Eneida Oto² (Florianópolis, SC, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0506-7058>

Resumo

Este artigo analisa a agenda do Banco Mundial para a juventude brasileira. Discute-se como constroem a narrativa do jovem “nem-nem” (nem estuda, nem trabalha); quais suas recomendações para o Estado e o que revelam sobre as tendências para a educação e trabalho no próximo período. Fundamentados no materialismo histórico, trabalhamos com o pressuposto de que recomendações pensadas nos países centrais são endereçadas à periferia, balizando reformas que atingem duramente os trabalhadores. O controle e educação da próxima geração impõe-se como necessidade imperiosa do capital. As contrarreformas implementadas nos últimos anos, visam a plena disponibilização de força de trabalho a ser explorada quer como assalariada ou empreendedora. O Banco Mundial refere-se ao jovem “nem-nem” como um problema social a ser equacionado por novas políticas públicas. Recomendam a desregulamentação do trabalho, sugerindo um salário abaixo do mínimo para os jovens. No âmbito educacional, as políticas apontam para o rebaixamento dos custos de formação da força de trabalho, pela simplificação dos currículos e flexibilização do ensino. Associa-se a isso a ideologia do empreendedorismo, com especial ênfase à formação comportamental pela via das competências socioemocionais. Conceitos como desengajamento e “acumulação de capital humano”, são utilizados para produzir uma nova compreensão sobre o desemprego, reforçando o entendimento do desemprego como uma disfunção dos estudantes e do sistema educacional.

Palavras-chave: Educação para o Trabalho. Relação desemprego-escolaridade. Políticas Públicas em Educação.

Abstract

This paper analyses the World Bank agenda for the Brazilian youth. It discusses the narrative of the neet youth (Not in Education, Employment or Training); the recommendations for the State and the trends for education and work in the next decade. Based on the historical materialism, we assume that recommendations from the central nations are addressed to the periphery, leading political reforms harmful to the labor class. The control and education of the next generation are capital's imperative. The counter reforms implemented in the last decades aims at preparing the work force to be available to be exploited, both as employees or an entrepreneurs. The World Bank refers to the unemployed youth as a social problem to be solved by new types of public policies. They recommend the labor de-regulation and propose a salary below the minimum wage for the youth. In the educational field, the policies lead to a downgrade of the workforce training costs, curriculum simplification and teaching flexibilization. The ideology of entrepreneurship is linked to these efforts mainly to shape young behavior through socioemotional competencies. Concepts such as "disengagement" and "human capital accumulation"

¹Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). luiz.fernandesreis@gmail.com

² Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). eneida.shiroma@ufsc.br

are used to produce a new comprehension about unemployment, stressing the idea of unemployment as a student's or the educational system's disfunction.

Keywords: Education for Work. Unemployment-schooling. Public Policies in Education.

Resumen

Este artículo analiza la agenda del Banco Mundial para la juventud brasileña. Discute cómo construyen la narrativa de los jóvenes "ni-ni" (ni estudia, ni trabaja); cuáles son sus recomendaciones para el Estado y qué revelan sobre las tendencias en educación y trabajo en el próximo período. Con base en el materialismo histórico, trabajamos con el supuesto de que las recomendaciones pensadas en los países centrales están dirigidas a la periferia, guiando las reformas que afectan mucho a los trabajadores. El control y la educación de la próxima generación se imponen como una necesidad imperiosa de capital. Las contrarreformas implementadas en los últimos años apuntan a la plena disponibilidad de la fuerza laboral para ser explotada, ya sea como asalariado o empresario. El Banco Mundial se refiere a los jóvenes "nem-nem" como un problema social que deben abordar las nuevas políticas públicas. Recomiendan la desregulación del trabajo, sugiriendo un salario por debajo del mínimo para los jóvenes. En el campo educativo, las políticas apuntan a reducir los costos de capacitación de la fuerza laboral, al simplificar los planes de estudio y hacer que la educación sea más flexible. Esto está asociado con la ideología del emprendimiento, con un énfasis especial en la capacitación conductual a través de habilidades socioemocionales. Conceptos como la desconexión y la "acumulación de capital humano" se utilizan para producir una nueva comprensión del desempleo, lo que refuerza la comprensión del desempleo como una disfunción de los estudiantes y el sistema educativo.

Palavras-Clave: Educação para o trabalho. Tasa de desempleo-educación. Políticas públicas en educación.

1 Introdução

Na última década o aumento do desemprego juvenil tem sido uma constante na América Latina e no mundo. No Brasil, a taxa de desemprego de jovens de 18-24 anos saltou de 15,20%, em 2012, para 25,65% em 2019, muito acima da média geral, que variou de 7,9% a 12,2% no mesmo período. Cresce também o número de jovens nem-nem, isto é, aqueles que não estão estudando, trabalhando ou se qualificando. Segundo o IBGE (2019), no segmento de jovens brasileiros de 18-24 anos, 26,5% se enquadra nessa categoria. Esse fenômeno tem mobilizado análises e propostas políticas de uma série de organismos multilaterais, como Organização das Nações Unidas, Banco Mundial (BM) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O empreendedorismo vem ganhando proeminência nos discursos sobre a educação propagado como uma solução para a crise econômica e o desemprego. Organizações de desenvolvimento anunciam o empreendedorismo como uma forma de facilitar a transição da juventude para a vida adulta e para o mercado de trabalho

e recomendam a difusão de uma “cultura empreendedora” capaz de mobilizar os jovens em direção a esses objetivos (OCDE, 2016, p. 20). A OCDE distingue duas formas de empreendedorismo, um movido pela oportunidade, “empreendedorismo de alto impacto” e outro pela necessidade, o “empreendedorismo de subsistência” (OCDE, 2016). Nos países periféricos, esse último tende a predominar, com especial relevo na população jovem.

No Brasil, os dados têm revelado que a saída “empreendedora” para os jovens tem sido a uberização (ABÍLIO, 2019). A entrega de mercadorias a domicílio, que já vinha sendo a saída encontrada por muitos jovens para geração de renda, ganhou ainda mais relevância durante a quarenta. Se exposto a riscos, muitos adotaram essa forma de trabalho, dada a morosidade do pagamento do auxílio emergencial aos que dele precisam. Pesquisas revelam a dura realidade dos aparentemente autônomos, “sem patrão” e sem horário. Ao contrário da liberdade que é apregoada pelas empresas que utilizam dessa modalidade de exploração, os trabalhadores *uberizados* trabalham muitas horas, sem dia de folga, sem direitos trabalhistas, subordinados à gestão invisível do aplicativo.

Gradativamente a juventude vêm se tornado objeto privilegiado das políticas públicas norteadas por recomendações internacionais. As publicações do Banco Mundial (BM) popularizam conceitos como o “desengajamento juvenil” tendo em vista produzir uma nova racionalidade sobre o desemprego, apresentado como uma disfunção do sujeito ou do sistema educacional, oferecendo como antídoto o empreendedorismo.

Nosso objetivo, neste artigo, é discutir a proposta do Banco Mundial para a juventude brasileira no século XXI. Para tanto, analisamos o documento *Educação e Empregos: Uma Agenda para a Juventude. Síntese de Constatações, Conclusões e Recomendações de Políticas* (BM, 2018) buscando compreender como constroem a narrativa do jovem nem-nem? Quais as suas recomendações para atuação do Estado brasileiro? O que revelam sobre as tendências para a educação e o trabalho no projeto do Banco Mundial para o próximo período?

Apoiamo-nos na contribuição gramsciana de que na linguagem está contida uma determinada concepção de mundo e é fundamental conhecê-la para pensar criticamente (GRAMSCI, 1984). Ressaltamos a importância das construções e inversões discursivas operadas pelos consultores do BM, como intelectuais orgânicos do capital, que difundem uma determinada concepção de mundo tendo em vista construir consensos e produzir consentimento ativo dos subalternos.

Fundamentados no materialismo histórico, partimos do pressuposto de que pressionados pelo capital, os países são chamados a rever suas políticas de desenvolvimento para o século XXI. Pacotes de recomendações pensados nos países centrais são endereçados à periferia, balizando reformas que atingem duramente os trabalhadores. Trata-se da redução dos salários visada pelo capital para conter a tendência da queda da taxa de lucro (MARX, 1987), bem como a ampliação da massa de trabalhadores disponíveis a serem explorados, ao lado de inovações tecnológicas que podem impulsionar um novo ciclo de expansão do capital.

Trabalhamos a partir de uma concepção marxista de Estado, entendendo que este atua para assegurar a acumulação de capital e a reprodução das relações capitalistas, mas que, para tanto, precisa aparentar ser um mediador neutro, acima das classes. Nessa direção, a discussão de Gramsci sobre o papel do Estado em sociedades capitalistas desenvolvidas contribui para refletirmos como se arquitetam os consensos em torno de projetos de reforma e a significativa participação de aparelhos privados de hegemonia na organização das vontades coletivas (GRAMSCI, 1979). Estas entidades associativas, comprometidas com interesses da burguesia, procuram ocultar seus compromissos de classe, apresentando-se como Organizações Sociais de interesse público, colocando seus serviços privados em prol de um idílico bem comum.

Partindo destes pressupostos, parece-nos importante considerar na análise de políticas públicas, as formas de organização burguesas e seus mecanismos de criação e difusão de ideias. Com essa perspectiva teórico-metodológica organizamos este artigo em três partes. Inicialmente apresentamos elementos de contexto para discutir os determinantes deste projeto do BM para a juventude. Em seguida

apresentamos o documento focando as análises que constroem sobre os jovens, o futuro do trabalho e da educação e, por fim, sintetizamos as tendências de reformas endereçadas ao Brasil.

2. Reestruturação produtiva e reformas políticas frente à crise do capital

As crises cíclicas do capital produzem ondas de depressão econômica sucedidas por inventivos processos de recuperação impulsionado por políticas que promovem a refuncionalização do capital. Vimos este movimento na crise dos anos de 1970, que foi seguida por uma impactante reestruturação industrial ao lado da atropelada adoção de políticas neoliberais que acarretaram efeitos danosos aos trabalhadores. As novas tecnologias que surgiram desse processo propiciaram uma compressão do espaço-tempo, viabilizando uma redução do tempo de produção, viabilizando a emergência de um novo regime de acumulação, chamado flexível, e de novos serviços financeiros. Tais medidas desencadearam deslocamentos fabris, demissões e perda de direitos dos trabalhadores. O resultado foi um enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora organizada, abrindo o flanco para novas reformas cada vez mais regressivas.

Mais recentemente vem se desenhando uma nova onda de transformações, conhecida como revolução 4.0. Ela é caracterizada por inovações como a inteligência artificial, manufatura aditiva, internet das coisas, biologia sintética e sistemas cyber físicos. O conjunto dessas transformações tendem a causar profunda reestruturação produtiva e social, permitindo novamente acelerar o tempo de rotação do capital, ampliando a acumulação e ocasionando uma progressiva diminuição do trabalho vivo no processo produtivo.

A lógica de reestruturação do setor produtivo industrial se espalha pelo setor de serviços acompanhada por variadas formas de precarização. A forma de emprego tem se alterado profundamente. Ao lado do contrato clássico, que garante alguns direitos, multiplicam-se novas formas de subordinação do trabalho, como os contratos parciais (tempo determinado, jornadas reduzidas), terceirização (subcontratação),

subordinações sem contrato (bolsas, estágios, trabalho voluntário, prêmios), entre outros (FONTES, 2017).

Essas mudanças são impulsionadas pela desregulamentação dos direitos do trabalho no âmbito dos Estados. Atuando tanto antes, dando apoio para a extração de valor, quanto depois, isto é, legalizando práticas empresariais que ocorrem a burla da legislação trabalhista. Esses movimentos, no entanto, nutrem profundos descontentamentos e não ocorrem sem contestações. Para garantir o consentimento ativo dos trabalhadores a essas medidas danosas aos direitos sociais, ativou-se um orquestrado movimento de educação do consenso, referido por Neves (2005) como *nova pedagogia da hegemonia*.

2.1 Ajuste, reformas e concertação: novas vestes do neoliberalismo

A partir de reflexões gramscianas sobre a ampliação do papel do Estado nas sociedades ocidentais, Neves (2005) analisa a repolitização da sociedade civil brasileira nas últimas décadas decorrente da expansão de aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 1979)³. A primeira etapa desse projeto ocorreu no Brasil na primeira metade da década de 1990 até a implantação do Plano Real, caracterizada pelo ajuste econômico neoliberal e da reforma do Estado brasileiro, com a abertura dos mercados e privatização de empresas estatais (NEVES, 2005). Na esfera da sociedade civil, ocorreu a proliferação de novos movimentos sociais, organizados em tornos de pautas não trabalhistas e a propagação de Organizações Não Governamentais e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, muitas delas presididas por representantes de empresas e bancos. Ampliou-se também as

3 Em Gramsci, hegemonia diz respeito aos meios pelos quais uma determinada classe social integra à sua concepção de mundo as massas instrumentais de forma a assegurar a aceitação por parte delas dos conteúdos ideológicos que conformam sua visão de mundo. Desta forma, determinada classe ou fração se torna hegemônica quando consegue obter tanto das frações de classe aliadas, quanto das classes subalternas, a adesão dessas a seu projeto de dominação. Assim, sua visão de mundo particular se universaliza. Uma das formas de conseguir essa adesão é através da função educativa do Estado, que dentre outros conteúdos, educa também o consenso. A atividade educativa, no entanto, não é prerrogativa exclusiva do Estado. Ela também se refere a organismos que não fazem parte do aparelho de governo, e que constituem, portanto, aparelhos privados de hegemonia. É através desses mecanismos que a classe ou fração de classe hegemônica exerce sua direção sob o conjunto da sociedade, isto é, reproduz sua hegemonia. O conjunto destas instâncias, aparelho de governo Estatal e aparelhos privados de hegemonia, compõe o que Gramsci denomina Estado Integral (GRAMSCI, 1979).

iniciativas organizadas por institutos e fundações empresariais que vem ganhando espaço na definição de políticas públicas (LOPES, 2010).

Uma segunda etapa, ocorrida na virada do milênio, foi marcada pela reestruturação do Estado e suas funções. Nesse processo a ênfase das ações estatais foram reconfiguradas, diminuindo-se a importância a produção direta de bens e a garantia de direitos e intensificando-se as atividades de mediação e coordenação junto à iniciativa privada para regular o bom funcionamento dos mercados. Vemos os direitos serem gradativamente convertidos em serviços, e cria-se no arcabouço legal uma nova área de atuação para a iniciativa privada, o chamado “setor público não estatal”, formado por Organizações Sociais e entidades filantrópicas sem e com fins lucrativos. Essas organizações privadas supostamente prestariam os serviços de forma mais ágil e eficaz para os cidadãos, reconvertidos em clientes do Estado.

Essas ações, na esteira da “terceira via”, nutrem um projeto que propõe a reconfiguração do Estado e da sociedade civil. A partir desse rearranjo, o ‘novo Estado democrático’ passaria a exercer a função de regulação das relações econômicas, políticas e sociais, com uma ênfase no consenso, em limitados canais de diálogo, com vistas a conciliar interesses conflitantes. A nova “sociedade civil ativa”, por sua vez, requer novos atores sociais empenhados não na defesa de direitos, mas sim na participação em organizações de solidariedade entre classes e na invenção de soluções ‘criativas’ e ‘inovadoras’ para problemas sociais. Esse pacto de classes foi observado no período do governo democrático-popular (SANTOS, 2020).

Ao longo dessas três décadas foi-se produzindo as condições para a conformação de um cidadão de novo tipo, um sujeito dotado de espírito empreendedor, confiante e capaz de assumir riscos moderados. Há um *continuum* entre o novo sujeito preconizado pela terceira via e o pensamento neoliberal, na medida em que ambos se baseiam na exacerbação do individualismo e na ação empreendedora, ainda que no projeto de terceira via esse individualismo seja edulcorado com uma sensibilidade às mazelas sociais. A pesquisa de Neves e Martins (2010) demonstra que não se trata de modelos opostos, mas de um “neoliberalismo

de terceira via” cujos princípios são retomados pela proposta do Banco Mundial para a educação de jovens.

3. A agenda do Banco Mundial para a juventude brasileira

Apresentados estes elementos de contexto, adentramos na análise do documento *Educação e Empregos: Uma Agenda para a Juventude. Síntese de Constatatóes, Conclusões e Recomendações de Políticas* (BM, 2018) que discute as dificuldades de inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. Os consultores do Banco Mundial argumentam que muitas das instituições brasileiras ainda são pouco efetivas para o combate à exclusão social, priorizando os gastos naqueles que já estão no mercado de trabalho e nos idosos, em detrimento dos jovens, que mantém um baixo nível de “engajamento econômico” (BM, 2018, p. 5). Advogam que para elevar os níveis de renda do país seria necessária uma agenda ambiciosa de reformas relacionadas às competências e empregos que privilegiem os jovens.

Ao discutirem a renda do país, no entanto, silenciam sobre a gritante desigualdade de existente no Brasil. O PIB brasileiro, em 2016, alcançou a marca de 6.2 trilhões de reais. Em valores per capita, isso equivale a R\$ 30.407,00 (IBGE, 2018), contudo, o rendimento médio domiciliar per capita, no mesmo ano, era de apenas R\$ 1.242,00. A desigualdade na distribuição por estratos de renda é ainda mais brutal.⁴

Os consultores do BM propõem reformas urgentes como políticas de inclusão dos jovens ‘desconectados” (sic!) do ponto de vista geográfico, econômico e social. Através delas, o Brasil poderia superar sua posição de país de renda média, “surfando” a onda de transição demográfica. Do contrário, poderíamos viver uma tragédia: a “onda” pode se quebrar e afundar consigo a possibilidade de o país “atingir novos níveis de prosperidade compartilhada” (BM, 2018, p. 5). Resta saber com quem essa prosperidade seria compartilhada, uma vez que os dados empíricos evidenciam

4 A média dos rendimentos de 50% da população com os menores ganhos é de apenas R\$ 747,00 enquanto 1% da população com os maiores rendimentos recebe em média R\$ 27.085,00 ou seja: o 1% mais rico dos brasileiros recebe em média 36,3 vezes mais do que a média da metade da população do país.(IBGE, 2016)

que, cada vez mais, a riqueza social é concentrada e não partilhada com a maioria da população que a produz.

3.1 Envelhecimento da população e o imperativo da produtividade

A linha de argumentação do documento do BM está em grande medida orientada pela teoria do capital humano a qual vê a educação como um investimento que deve gerar como retorno aumentos nos níveis de produtividade do trabalho e desenvolvimento econômico. Para Schultz (1973), a educação é um componente do fator humano capaz de qualificar a mão de obra e equalizando diferenças entre países e regiões, assim como as diferenças de renda no interior da sociedade. No contexto da mundialização da finança, o BM como *trader* deve zelar pelo retorno que os investimentos em educação possam trazer aos países “doadores” e “stakeholders”.

Para o capital, a elevação da produtividade do trabalho é um imperativo e o envelhecimento da população aumenta a sua urgência. O BM alega que para atingir um status de “país de alta renda” o Brasil passaria a depender cada vez mais do “engajamento de seus jovens” (BM, 2018, p. 8). A teoria do capital humano aparece aqui sob nova roupagem. Se na década de 1960 o propósito era o desenvolvimento dos países e defendia-se que isso dependeria do investimento por parte do Estado em educação, agora o argumento se desloca para os jovens e o “seu” nível de engajamento. Isto é, de uma determinação objetiva, como a capacidade de investimento em educação de um país, a orientação do Banco passa para uma perspectiva subjetivista do econômico, que dependeria das atitudes individuais dos jovens para o seu desenvolvimento.

Não obstante, o BM salienta que o envelhecimento da população não é determinante para o crescimento da produtividade do trabalho, citando como exemplo países como Coréia do Sul, Japão e China. Chega-se a afirmar que “é imperativo manter os idosos economicamente ativos por mais tempo” (BM, 2018, p. 8). O BM não explicita como operacionalizar a permanência dos idosos na ativa, mas ficam implícitas mudanças nas regras de aposentadoria como a ampliação da idade mínima e do tempo de contribuição, como ocorreu no Brasil, o que aumentaria o fundo público

disputado por diversos agentes do mercado. Algumas iniciativas que se coadunam com as propostas do Banco expressas no documento foram aprovadas nos últimos anos no Brasil, como reforma do ensino médio, da previdência, e trabalhista.

De acordo com o BM, nos últimos anos o Brasil se beneficiou de um “dividendo” demográfico: grande oferta de mão de obra, e população ativa maior do que a inativa e aumento na cobertura da Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Contudo, mesmo com ‘abundante capital humano’, seria necessário um mercado competitivo e eficiente, para que esse recurso fosse melhor aproveitado, assim como políticas públicas para garantir que as competências demandadas pelo mercado fossem satisfeitas. O BM defende que o sistema de educação e capacitação do Brasil passe por reformas que aumentem a “eficiência do mercado de trabalho” em termos de alinhamento entre oferta e demanda de “competências” (BM, 2018, p. 6)

A adoção de tecnologias digitais é apontada como outra razão para a urgência de reformas pois, segundo o documento, elas estão modificando rapidamente as competências demandadas pelos empregadores. O BM afirma que um número crescente de empresas procura “colaboradores com competências cognitivas e analíticas de mais alto nível” como “raciocínio matemático claro” e capacidade de realizar com eficácia atividades não rotineiras como “interagir com computadores”. Alegam que as empresas brasileiras estão fazendo maior uso de “competências socioemocionais”. Essas seriam de ordem “interativa”, “baseadas na comunicação”, tais como “expressão oral” e “clareza ao falar” (BM, 2018, p. 9). A depender das demandas do mercado de trabalho, o leque de saberes disponibilizados aos estudantes se restringiria ao mero domínio da língua portuguesa, do raciocínio matemático e um uso instrumental da língua inglesa, além de uma forte ênfase em aspectos comportamentais, atitudes e valores consonantes com a subordinação ao regime de trabalho assalariado e/ou empreendedorismo. Na ótica do Banco, esse currículo mínimo responderia à demanda do mercado aos sistemas educacionais, assumindo que a inserção laboral dos jovens depende dessa educação, capaz de lhes dar maiores chances de “acompanhar mudanças e atendê-las” (BM, 2018, p. 9). A

empregabilidade, na visão do Banco depende da aquisição de competências digitais e caberia aos sistemas educacionais se adaptarem para fornecê-las.

O BM propaga um modelo de competências dividido em três tipos: cognitivas, socioemocionais e técnicas. As cognitivas seriam o alicerce sobre o qual as outras estariam assentadas, fazem parte desse rol a alfabetização básica e matemática, consideradas competências “acadêmicas”. As socioemocionais são apreendidas em interações sociais e interpessoais além da relação com estruturas sociais. Inclui-se nesse item comportamentos, atitudes e valores que determinam a forma como as pessoas reagem em diversas situações, usa-se como exemplo quesitos como “consciência de si”, “autogestão”, “competências relacionais”. Por último encontra-se as competências técnicas, que são os conhecimentos necessários para a realização de determinadas tarefas. Essas competências seriam adquiridas nos níveis mais elevados de ensino, como o médio e profissionalizante. Cita-se como exemplo de competências técnicas as digitais e o empreendedorismo.

Embora ligeiramente modificado, o modelo de competências remete aos quatro pilares da educação lançados no Relatório Delors (UNESCO, 1998): *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser*. Aprender a conhecer diz respeito a aquisição de instrumentos de compreensão, “dominar, profundamente, um reduzido número de assuntos”, o que constitui as bases da aprendizagem na medida em que “fornece um gosto para aprendizagem ao longo da vida” (UNESCO, 1998, p. 20). O relatório Delors também marcava uma transição no âmbito das políticas: se afastando da noção de qualificação, considerada obsoleta, e migrando para o conceito de competências. A eventual carência das competências demandadas pelo século XXI, agravaria o desemprego - eufemisticamente denominado desengajamento.

3.2 (Des)engajamento econômico da juventude

O Banco Mundial afirma que “aproximadamente 23% dos jovens” não estudam, não trabalham e não estão em treinamento, constituindo o que eles chamam de nem-nem, ou totalmente desengajados. A noção de engajamento utilizada pelo

Banco abarca aspectos como a inserção escolar, medida pela frequência, a qualidade da educação e as oportunidades de aprendizagem no trabalho. A noção de “risco de desengajamento” passa a constituir um fator a ser considerado nas reformas políticas. Para a instituição, o desengajamento assume diversos níveis, formas e intensidades, manifestando-se nos “Estudantes que estão na escola sofrendo distorções idade-série ou têm alto índice de repetência, e estudantes que já trabalham e estão em empregos informais e/ou de baixa remuneração, com menos proteções contracheques”. (BM, 2018, p. 13). Assim, um problema decorrente das relações sociais contraditórias no capitalismo é reduzido a uma dimensão psicológica, quase como uma disfunção individual na relação com o meio.

A partir dessa noção ampliada do construto desengajamento, o BM afirma que, no Brasil, o número de pessoas desengajadas ou em risco de desengajamento chegaria a 50% da população jovem que, segundo o banco, tem engajamento menor do que pleno. O conceito é ilustrado fazendo uso de um *continuum* com diferentes níveis de engajamento, que vai do “totalmente engajado” ao “totalmente desengajado”. Essas diferentes formas de inserção social são ilustradas por ações e comportamentos que podem ser vistos na Figura 1:

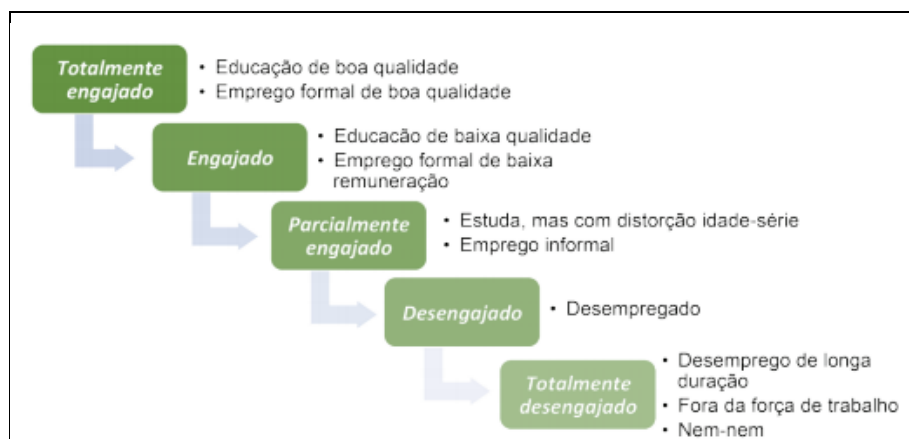


Figura 1 - Escala de Engajamento – Desengajamento

Fonte: Banco Mundial (2018, p. 14)

Nesse relatório, o BM define suas preocupações com os “economicamente desengajados” ou “nem-nem”: do ponto de vista educativo e do mercado de trabalho, eles constituem recursos humanos subutilizados e uma condição que muitos jovens

acham difícil de superar, contribuindo para desigualdade e exclusão” (BM, 2018b). Para melhor compreender a concepção de engajamento, O BM sintetiza perfis de engajamento (Cf. Quadro 1).

Quadro 1 - Tipologia de desengajamento juvenil por idade segundo o Banco Mundial

Idade	Engajado	Parcialmente Engajado I	Parcialmente Engajado II	Desengajado
5-17	Frequentando ensino médio sem distorção idade-série; aprendizado com proficiência em todos os tipos de competências	Frequentando ensino médio sem distorção idade-série; começando um programa de aprendiz	Frequentando ensino fundamental com alguma distorção idade-série e trajetória de aprendizado com deficiências cumulativas	Fora da escola com ensino secundário incompleto; sem emprego ou em emprego de má qualidade
8-23	Ensino médio completo. Frequentando ensino superior de qualidade; fazendo estágio	Ensino médio completo. Frequentando ensino superior de baixa qualidade (provavelmente privado); trabalho em emprego de tempo integral	Frequentando ensino médio com distorção idade-série ou frequentando ensino EJA; Tendo a primeira experiência de trabalho em um trabalho temporário/ de baixa qualidade	Abandono escolar com secundário incompleto; sem empregos ou em emprego de má qualidade
4-29	Ensino superior completo com um emprego de colarinho branco no setor privado (empresa grande) ou como servidor público	Ensino Superior. Trabalhador em tempo integral. Potencialmente de colarinho branco no setor privado. Trabalha menos do que tempo integral	Ensino médio completo (escola pública de baixa qualidade ou EJA); em emprego temporário ou trabalho mal pago (mesmo que formal)	Secundário incompleto; sem emprego ou em emprego de má qualidade

Fonte: BM (2018b, p. 37, tradução própria.)

Desengajamento econômico é ali definido como qualquer estado (permanente ou temporário) em que um indivíduo para de “acumular capital humano” (BM,2018, p. 14). Seja por acesso inadequado ou baixa qualidade de oportunidades para o desenvolvimento de competências na escola ou no trabalho (BM, 2018b, p. 34). O acesso à educação e empregos formais de qualidade são vistos como o ponto máximo do engajamento. Outras formas de inserção laboral e educacional mais precárias representam gradações no risco de desengajamento. A qualidade da

educação parece derivar da sua capacidade para produzir competências e habilidades que proporcionem empregos formais de maior remuneração.

Na novilingua do Banco Mundial, a baixa qualidade dos postos de trabalho, a informalidade e o desemprego aparecem atrelados à qualidade da educação e ao comportamento do educando. As origens destes problemas sociais são escamoteadas e em seu lugar se responsabilizam os sistemas escolares e os indivíduos pelo seu “engajamento econômico”. O desemprego passa a ser tratado como sinônimo de desengajamento, implicando uma responsabilização individual pela inserção laboral (REIS, 2019).

3.3. Resultados Educacionais Brasileiros na Visão do BM

O BM argumenta que embora os anos de escolaridade da juventude tenham sido ampliados em relação às gerações anteriores, a produtividade do trabalho continua baixa, tanto comparada com ALC quanto com países da OCDE. São apresentadas três motivações para esse fato: uma demanda por mão de obra pouco qualificada, baixa qualidade do sistema educacional e percepções incorretas sobre o retorno da educação. Há, na ótica do BM, uma crise de aprendizagem no Brasil: apesar de gastos considerados generosos na educação e níveis elevados de matrículas, os jovens não estão aprendendo competências que os tornarão competitivos. Tenta-se disfarçar necessidade de competitividade das empresas diante da concorrência intercapitalista como se fosse um problema de disputa dos jovens no mercado de trabalho. A difusão massiva dessa interpretação, favorece o consentimento ativo dos subalternos que são mais facilmente envolvidos pelo discurso fácil da meritocracia do que pela crítica social.

O Brasil ainda ocupa um lugar modesto em relação aos países vizinhos em relação a testes internacionais de aproveitamento de aprendizagem. Além disso, há uma preocupação com a prevalência de distorções idade-série, abandono escolar e a grande diferença de competências entre os jovens ao ingressar no ensino médio. O BM faz uma crítica ao currículo do ensino médio, atribuído a evasão escolar ao caráter acadêmico do currículo, voltado à memorização, carente de “pensamento crítico” e

aprofundamento nos tópicos. Argumenta-se que a falta de expectativa de ganhos salariais futuros com a conclusão do ensino médio contribuiria também para a evasão escolar. Como vimos, a educação é descrita como um investimento em capital humano por parte das famílias e dos indivíduos. Nessa perspectiva a falta de informações adequadas levaria as famílias e jovens a tomar a decisão de abandonarem a escola com a “bagagem” que já tem, o que contribui para aumentar o “desengajamento juvenil” (BM, 2018, p. 18). A contrarreforma do ensino médio é elogiada pelo BM como uma importante medida para modernizar o currículo, criar pessoas que aprendam pelo resto da vida, tornando-se mais “resilientes a mudanças na tecnologia” e às exigências do mercado de trabalho.

Aparentemente preocupados com o desemprego juvenil, os consultores argumentam que períodos de desemprego ou longos períodos de emprego informal no começo da vida podem ter impactos adversos sobre o “capital humano” dos jovens e suas perspectivas. Como exemplos de trabalho informal, fala-se de trabalhadores familiares não remunerados, assalariados sem contrato, diaristas, donos de pequenos negócios, empresários individuais. O BM argumenta que todas essas modalidades de trabalho informal acarretam um risco mais alto, em especial quando as opções são restritas e os únicos empregos disponíveis não oferecem contrato. Essas modalidades de emprego juvenil são descritas como um “caminho para o engajamento menos que pleno”, na medida em que elevam o risco de desemprego e informalidade ao longo da vida, assim como menores níveis de remuneração (BM, 2018, p. 14). Não obstante, esses impactos supostamente se dissipariam com maior educação e competências relevantes para o emprego.

Em jovens que não estudam nem trabalham, as “cicatrices” desse tipo de emprego seriam maiores, elevando estatisticamente a probabilidade de desemprego, emprego informal e baixa remuneração. A análise positivista é utilizada para encobrir as relações sociais fundamentais e as dinâmicas que levam a esses resultados. Os dramáticos problemas sociais que atingem, sobremaneira, as juventudes são reduzidas a um jogo de estatísticas e graus de probabilidade.

3.4 Políticas Trabalhistas e Perspectivas de Emprego para Jovens

Na visão do Banco Mundial, a educação é um “ativo” no qual as famílias podem ou não investir, e o mercado de trabalho é o local por excelência onde os frutos desse investimento são colhidos. Esses mercados são eivados de imperfeições que levam a ações de governos buscando melhorar as “perspectivas das pessoas” (BM, 2018, p. 25). Singelo.

Como expoente do projeto do capital, o BM sustenta que regulações trabalhistas muito restritivas são prejudiciais para o emprego de jovens, podendo levar ao aumento do subemprego e desemprego. É dada ênfase especial a políticas de regulação do salário mínimo, que segundo o BM, trazem impacto negativo notável para os jovens. O efeito das regulações sobre o salário mínimo afetaria todos os estratos de renda; haveria um achatamento no topo – os trabalhadores que ganham rendimentos mais altos pagariam pela elevação dos salários mais baixos – e esse achatamento continuaria em todos os estratos indo em direção à base da pirâmide salarial. No entanto, não consideram que, como há um limite legal prefixado para o salário mínimo, os trabalhadores na base da pirâmide seriam empurrados para fora, seja para o desemprego ou informalidade.

O Banco critica também a política de valorização do salário mínimo, apontando que a regra atual de ajuste permitiu aumento real do salário em mais de 77% no período de 2002-2016. E enfatizam “Mesmo em meio a uma profunda recessão, o valor nominal do salário mínimo aumentou de R\$678,00 em 2013 para R\$937,00 em 2017” (BM, 2018, p. 26). Fazendo uso de medidas diferentes (aumento real e nominal) buscam confundir o leitor e convencê-lo de que a regra atual seria inapropriada diante da crise econômica.⁵

O BM argumenta que os trabalhadores mais jovens representam para o empregador um risco maior, uma vez que têm menos experiência e podem ser menos produtivos. Se as regulações forem muito rígidas, o ônus de demissão pode fazer com que os jovens sejam preteridos na contratação, o que aumenta a probabilidade de

⁵ A título de exemplo, o valor do salário mínimo de 2013 corrigido pelo INPC (IBGE) valeria, em 2017, R\$: 901,69 reais. O suposto aumento alardeado durante a profunda recessão foi de míseros R\$: 35,31 ao longo de quatro anos, o que é próximo da mera reposição das perdas inflacionárias (DIEESE, 2017).

irem para a informalidade ou para empregos temporários. Por outro lado, o BM afirma que as sanções pela demissão de trabalhadores contratados por tempo indeterminado não são mais pesadas que as aplicadas pela OCDE ou por outros países da ALC. Mas alertam os *policy makers* que há ainda, no país, “restrições muito rigorosas” para formas flexíveis de contratação. Isso poderia afetar as perspectivas de trabalho dos jovens, que tenderiam a “preferir ou necessitar de empregos em tempo parcial e flexível” (BM, 2018, p. 28).

Por um lado, portanto, o BM sustenta que longos períodos de desemprego ou empregos informais no começo da vida são prejudiciais a perspectiva dos jovens que são empurrados para esses trabalhos por serem pouco experientes e representam um “ônus ao empregador”. Agravando a situação, propõem uma política de desvalorização do salário mínimo e de flexibilização da legislação trabalhistas, em especial no que tange aos contratos para jovens, como expresso na proposição da Carteira Verde e Amarela⁶.

Além disso, discute-se o impacto das reformas sobre os jovens como se as reformas só se refletissem sobre eles. O impacto das flexibilizações dos contratos afeta a classe trabalhadora por toda a vida, institucionalizando formas precárias de assalariamento, trazendo impactos sobre a capacidade de financiamento dos sistemas de seguridade social, que atingem igualmente jovens e trabalhadores mais velhos. Essa oposição entre estratos de idade tenta confundir a compreensão de que os trabalhadores jovens de hoje serão os trabalhadores mais velhos de amanhã.

O BM reafirma, além disso, que grande parte do gasto público em programas de mercado de trabalho destina-se aos trabalhadores formalizados, a maioria para auxílio a pessoas desempregadas (83%). O BM argumenta que esse tipo de programa passivo configura uma parte muito grande do orçamento, em detrimento de “programas ‘ativos do mercado de trabalho’, como ‘capacitações para grupos

⁶ A Carteira Verde e Amarela foi um projeto de lei enviado pelo executivo que alterava mais de 86 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Era voltada para a contratação de jovens de 18-29 anos, por período máximo de 24 meses e com limitação de até 2 salários mínimos. Nesse tipo de contrato previa menores encargos trabalhistas para os empregadores e menos direitos para os trabalhadores. Tramitou como MP 905 (BRASIL, 2019) e foi aprovada na Câmara dos Deputados. No Senado, a medida não foi votada e caducou em 20 de abril de 2020.

vulneráveis e desempregados’ (Pronatec⁷-BSM e Pronatec-Seguro Desemprego, Projovem⁸), Serviços de Emprego Público (Mais Emprego), e empreendedorismo (Programa de Fomento de Atividades Produtivas Rurais, Assistência Técnica e Extensão Rural)” (BM, 2018, p. 30).

3.5 A agenda do BM para formuladores de políticas públicas

A agenda proposta pelo BM para políticas voltadas para a formação de competências para a juventude envolvem três eixos principais: 1) maior apoio as trajetórias de aprendizagem dos jovens, incentivo a conclusão do ensino médio e modernização das “competências laborais” para, juntamente à iniciativa privada, produzir jovens com competências alinhadas às demandas empresariais, em uma “economia globalmente competitiva”; 2) aperfeiçoar as estruturas de proteção ao trabalhador, como salário mínimo legal, seguro desemprego e FGTS para aumentar os períodos de emprego entre jovens; 3) Fornecer maior apoio aos jovens em busca de empregos através da modernização dos serviços de intermediação (BM, 2018, p. 32).

As reformas implantadas no Brasil, mormente após o golpe de 2016, foram muito elogiadas pelo Banco, tidas como um “passo ambicioso na direção certa” que poderia reduzir “as vantagens dos já incluídos” e aumentar a proporção de jovens com emprego formal (BM, 2018, p. 30). O Relatório elogia a recente reforma do ensino médio implantada no Brasil, por ser ancorada na formação de competências e a escolaridade em ensino integral. Salienta-se, no entanto, que são necessárias medidas de acompanhamento e monitoramento da qualidade da implementação da reforma. Defendem-se também modelos alternativos para desenvolver competências socioemocionais dos adolescentes, argumentando que isso traria como benefícios melhores comportamentos. O BM não entra em detalhes sobre o que “melhores comportamentos” e quais seriam esses modelos alternativos de ensino de

⁷ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

⁸ Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi instituído pela **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**.

competências socioemocionais. Para o desenvolvimento de competências técnicas, no entanto, o modelo é claro: parcerias mais estreitas com o setor privado, para garantir o alinhamento entre oferta e demanda de competências.

Para evitar o aumento de desigualdades no acesso à educação, recomenda-se também uma participação mais ativa do Governo Federal, por meio do MEC, na promoção de “modelos subnacionais de implementação inovadores e eficientes”. Propõe-se além disso “reformas críticas de práticas de recursos humanos para professores”, como a criação de um “concurso de âmbito nacional (inicialmente voluntário) para avaliação de competências mínimas” para o exercício da profissão docente. Assim como o desenvolvimento de normas de certificação antes que eles entrem em serviço, e o apoio a criação de sistemas de avaliação de professores. Os sistemas de avaliação devem levar em conta não somente a proficiência no conhecimento dos assuntos de seu campo de saber, mas a “eficácia no desenvolvimento de competências socioemocionais” e a valorização de práticas pedagógicas eficazes (BM, 2018, p. 32).

Em relação à política de salário mínimo, o BM recomenda ajustes referenciados em ganhos de produtividade, maior flexibilidade e a criação de um salário mínimo legal mais baixo, voltado para jovens de 15 a 24 anos (BM, 2018, p. 33), variando com a idade. Defende a reforma trabalhista, argumentando que o objetivo seria aumentar a flexibilidade laboral e reduzir os custos de disputas trabalhistas. Alega-se que elas tornariam mais fácil incorporar os jovens ao emprego formal.

Argumenta-se que é possível fazer mais pelos jovens que abandonaram o sistema educacional por meio de programas de desenvolvimento de competências e emprego. Para isso é necessário que se leve em conta distintos perfis de adolescentes e jovens para implementação das políticas. Defende-se também a criação de programas de reinserção dos jovens na escola, em especial em programas mais voltados para competências cognitivas básicas. Para isso seria “urgente” fornecer aos empregadores um papel mais destacado no sistema de desenvolvimento de competências, fortalecendo oportunidades de aprendizado no trabalho, influenciando

currículos ou “reforçando seu papel na formação de professores da educação técnica e formação profissional” (BM, 2018, p. 34).

O Brasil também é instado a destinar maior apoio a intermediação no mercado de trabalho e assistência à busca por empregos, reformando o Sistema Nacional de Emprego (SINE). Por fim, defende-se que

(1) as políticas deveriam investir mais em intermediação de mão de obra e serviços de procura de emprego, ferramenta eficaz e de baixo custo; (2) é necessária uma nova ênfase na construção de competências socioemocionais e aprendizagem na prática, não apenas em conceitos acadêmicos; (3) é preciso dar mais atenção a políticas complementares relativas a empreendedorismo, tanto em aspectos de capacitação quanto de financiamento. (BM, 2018, p. 35)

A desvalorização do aprendizado teórico e a valorização de componentes atitudinais anda lado a lado com a sobrevalorização do aprendizado prático e do empreendedorismo. No conjunto, as políticas preconizadas implicam na adaptação da juventude as demandas do mercado e num rebaixamento da sua formação. Multiplicam-se os nichos de mercado para o capital, alastram-se cursos rápidos de qualificação EaD, programas de mentoria, *coaching*, entre outros, fazendo a apologia ao empreendedorismo.

4. Considerações Finais

Como assinala Fontes (2010), o predomínio do capital monopolista na fase capital-imperialista supõe o acirramento das atividades voltadas para produção do mais valor, na sua forma relativa e absoluta, extraída do trabalho. Deste modo, o controle e educação da próxima geração de trabalhadores impõe-se como necessidade imperiosa do capital, formando uma das bases de sua sustentação. As contrarreformas propostas pelo BM e implementadas nos últimos anos, visam a plena disponibilização de força de trabalho a ser explorada “ao longo da vida”.

O Estado continua operando para assegurar a expansão do capital; recua em seu papel de assistência social aos trabalhadores, abrindo espaço para a conversão de direitos sociais em áreas para a exploração lucrativa pelo setor privado. Suas formas tradicionais de operação permanecem: garantia da lei e da ordem,

segurança dos contratos, disciplinamento da força de trabalho. A elas, somam-se novas determinações: atuar de forma educadora difundindo formas de agir, pensar e sentir consonantes com as novas demandas produtivas, fomentar parcerias com o setor privado, estágios, bolsas. Incentivando a socialização de jovens e empresários com o intuito de permitir a subordinação do trabalho desses jovens empreendedores/trabalhadores ao grande capital.

As propostas educacionais assumem um caráter extremamente pragmático, que se expressa na pedagogia das competências e na ideologia do empreendedorismo. Essas medidas afastam as finalidades educacionais de seu objetivo maior, para convertê-las em um instrumento que ensina a lidar com a realidade, aprender a agir e reagir em resposta a meras contingências. A essa educação rebaixada cabe o papel de fornecer um mínimo de formação para adaptar os jovens às condições precárias e instáveis do mercado de trabalho.

A dualidade estrutural é apresentada como “dualidade educacional” (KUENZER, 2004) ou que se manifesta na escola, e também se expressa no empreendedorismo: para a ampla maioria acena-se com uma formação empreendedora rebaixada, voltada para adaptação às condições aviltantes do mercado de trabalho e para criação e formas alternativas de geração de renda, o discutível empreendedorismo por necessidade. De outro lado, uma educação tecnológica inovadora, com alto conhecimento científico, voltado para a aplicação direta nos processos produtivos, como forças produtivas, e como tal, convertendo-se em capital morto que suga o trabalho vivo.

A análise do documento *Educação e Empregos: Uma Agenda para a Juventude. Síntese de Constatações, Conclusões e Recomendações de Políticas* (BM, 2018) permite não só conhecer as principais propostas do BM, mas também apreender como constroem a juventude “nem-nem” como um problema social a ser equacionado por políticas públicas de novo tipo. No rol de prescrições para atuação do Estado brasileiro há a defesa de incentivos para o aumento progressivo dos índices de conclusão do ensino médio, em parceria com o setor privado, buscando a formação das competências demandadas pelo empresariado. Além de supostas melhorias nos

instrumentos de proteção ao trabalhador, com destaque para proposta de diferenciação de direitos por faixa etária, como o salário “inferior ao mínimo” para os jovens.

Esta análise revela os eixos das orientações do BM que tendem a reformar o trabalho e a educação no Brasil no próximo período. As mudanças em curso apontam, em linhas gerais, para a exacerbação da desregulamentação e precarização do trabalho. No âmbito educacional, as políticas apontam para o rebaixamento dos custos de formação da força de trabalho, simplificação dos currículos e flexibilização do ensino. Associa-se a isso a ideologia do empreendedorismo, com especial ênfase nos aspectos atitudinais e comportamentais. Isso equivale a um aumento da exploração da força de trabalho combinado com um preventivo ideológico para abafar os descontentamentos, conter os indignados e justificar o crescimento da informalidade.

Vêm sendo alardeado que basta ter um celular ou computador, munir-se das competências necessárias para empreender e adentrar ao admirável mundo da produção imaterial. Caso o jovem não tenha êxito, o que ocorre com a maioria dos empreendedores e startups, é porque lhe faltou talento, engajamento, capital social ou algo que os *coachings* e mentores prometem resolver. Um vasto mercado se abre aos vendedores de soluções digitais de toda sorte.

A desvalorização do salário mínimo para juventude brasileira, generalização dos trabalhos informais e precários, complementados por outros tipos de trabalho esporádico, como bicos na *gig economy*. Como demonstrou Marx (1987), o aumento do desemprego propicia a redução de salários a patamares abaixo do mínimo. Proposta tão deletéria torna-se admissível quando se obtém consentimento ativo dos governados. O quadro anunciado pelo BM é reforçado pelos discursos inflamados da nossa burguesia que, negligenciando a miséria presente, aponta uma ameaça no futuro. Alinhavam um consenso com os subalternos a urgência das reformas propostas sem deixar saída: ou consentem ou a tragédia anunciada se concretizará. Esta é a resposta que a burguesia internacional tem para a periferia,

cada vez reformas mais regressivas em termos de direitos, que preparam o solo para ataques ainda piores que recairão sobre a classe trabalhadora.

Os jovens são, atualmente, os principais atingidos pelo desemprego estrutural, e esse processo tem preocupado os analistas do BM. No entanto, como vimos, a resposta dada a essa questão - através do binômio engajamento-desengajamento - tenta responsabilizar o jovem nem-nem pela sua condição, como se as causas do fenômeno estivessem adstritas ao âmbito dos desejos pessoais, da escolha errada dos pais, falta de competências, déficit de aprendizagem, enfim, uma falha no processo de “aprender a ser”. As formas flexíveis e temporárias de contratação que, a curto prazo, resolvem a fome do dia, corroboram para a institucionalização do trabalho precário, sem vínculos ou direitos trabalhistas, nem previdência. Em suma, um conjunto de políticas pensadas pelo centro para implantar na periferia a sacralização dos *jovens nem-nem* educando-os para aceitar um *trabalho* onde nem terão salário, nem direitos sociais.

Como vimos, conceitos como desengajamento e “acumulação de capital humano”, são utilizados para produzir uma nova compreensão sobre o desemprego, induzindo a entendê-lo agora como uma disfunção do sistema educacional e do comportamento dos estudantes. O antídoto oferecido mescla reformas educacionais, conteúdos padronizados focados em Ciências, tecnologia, matemática, muitas (TIDICs) e competências socioemocionais, para moldar o empreendedor qualificado e resiliente. Este é o projeto para a próxima geração que o capital nutre e acompanha, como indicado no Relatório Delors, “do berço à sepultura” (UNESCO, 1986).

O desenvolvimento capitalista cria a possibilidade histórica para que a humanidade se livre do fardo do trabalho alienado. Não obstante, a base material contraditória em que vivemos impede que esse desenvolvimento notável das forças produtivas seja desfrutado pela grande maioria. O que ocorre então, é a negação da própria participação dos seres na riqueza social, pelo flagelo do desemprego, andando *pari passu* com o aumento da exploração da parcela ainda empregada. Ao mesmo tempo em que libera os homens do trabalho, os joga no horror do desemprego e precarização; concentrações de riquezas convivem ao lado da absoluta miséria,

produz-se um solo fértil para a emergência de movimentos políticos que visem a superação desse modo de produção. As relações sociais vigentes interpõem-se como obstáculos aos avanços das forças produtivas e a crise de hegemonia é evidente. A humanidade pede mais. A humanidade pede mais e gesta em suas entranhas e contradições do sistema capital, o persistente sujeito histórico da mudança. São essas as especificidades do modo de produção capitalista que criam a base de onde emergem os elementos da sua própria negação e que apontam para a possibilidade da construção de uma sociedade futura de tipo superior.

Referências Bibliográficas

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674> Acesso em 22 jun. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Educação e Empregos**: Uma Agenda para a Juventude. Síntese de Constatações, Conclusões e Recomendações de Políticas, 2018. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/953891520403854615/pdf/123968-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P156683-CompetenciaseEmpregosUmaAgendaparaaJuventude.pdf> Acesso em: 12 mai 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 103**, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 905**, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.

DIEESE. **Política de valorização do salário mínimo**: depois de 20 anos, ajuste fica abaixo da inflação (INPC). Nota técnica número 166. Janeiro de 2017.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora da UFRJ, 2010

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do trabalho ao emprego. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. 2017.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Série Histórica. 2012-2019.

IBGE. Em 2016, PIB chega a R\$ 6,3 trilhões e cai 3,3% em volume. **Estatísticas Econômicas**. 09/11/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume>. Acesso de 24.jun. 2020

KUENZER, A. Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. & SANFELICE, J. L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. 2. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.

LOPES, Kátia de Carvalho. **Educação Pública como Nicho de Investimento Social Privado**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Bertrand Brasil/Difel, 1987.

NEVES, Lúcia M.W. e MARTINS, André S. **A Direita para o social e a esquerda para o capital**. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005.

REIS, Luiz Henrique Fernandes dos. Juventude LTDA. **A ideologia do empreendedorismo na formação dos jovens do século XXI**. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

SANTOS, Fernando S. **As universidades federais e a estratégia democrático-popular: heteronomia a serviço do capital** (2003-2010). Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020

SCHULTZ, Theodore. **O Capital Humano Investimento em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 1973

UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; 1998.

Luiz Henrique Fernandes dos Reis

Florianópolis, SC, Brasil.

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017) e mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFSC pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia.

Email: luiz.fernandesreis@gmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5145511865617250>

Eneida Oto Shiroma

Florianópolis, SC, Brasil.

Possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e doutorado sanduíche em Industrial Relations na London School of Economics And Political Sciences (1992). Realizou pós-doutorado na Universidade de Nottingham e na Univerisdade de Oxford. É Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina e vice-líder do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO). É subchefe do Departamento de Estudos Especializados em Educação da UFSC.

Email: eneida.shiroma@ufsc.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8001069292975491>

Recebimento: 24/07/2020

Aprovação: 14/09/2020

Q.Code

Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França